

ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento n.º 21
Acta n.º 03

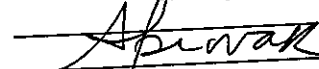
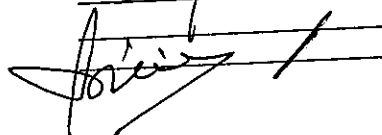



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 30 de junho de 2016

 ULS
Unidade Local de Saúde
de Castelo Branco, EPE

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE
Reunião do Conselho de Administração de
21/12/2016
Deliberação:

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco ♦♦♦ Capital Estatutário: € 14.116.000 ♦♦♦ NIPC 509 309 844
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844



NOTA PRÉVIA

- Em cumprimento do despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, apresenta o seu relatório de execução orçamental referente ao período de janeiro a junho de 2016.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, nos termos do despacho n.º 1507/2014, de 16 de janeiro, dos gabinetes da SET e do SES, embora os registos contabilísticos e a prestação de contas continuem a ser realizados em POCMS, por se tratar do referencial contabilístico da ACSS que consolida as contas do Serviço Nacional de Saúde, e posteriormente convertidos para SNC.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução do orçamento financeiro um pouco mais fidedignos face ao ano anterior, servindo de base, após algumas correções necessárias, ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Plano Estratégico 2015-2017, com as alterações introduzidas já no decorrer do mês em curso.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do contrato-programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I – Execução Financeira	4
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa	6
A – Gastos e Perdas	6
A1 – Matérias de Consumo	6
A.2 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	7
A.3 – Gastos com Pessoal	8
A.4 – Restantes rubricas de gastos	9
B – Rendimentos e Ganhos	9
III – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
Anexo I – Gastos e Perdas	12
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	13
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	14
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	15

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB até ao segundo trimestre de 2016, tanto na vertente financeira, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o contrato-programa/plano estratégico.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2015, bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O exercício anterior ficou marcado pela conjuntura que o país atravessa e que tem obrigado a uma gestão cuidadosa dos recursos financeiros e humanos disponíveis, obrigando desta forma à tomada de medidas que permitam manter equilibrada a situação económico-financeira da instituição e melhorar a sua produtividade, ajustando os gastos a esta nova realidade no intuito de continuarmos a assegurar um nível de prestação de cuidados que seja adequado face às necessidades da população. Ainda assim foi possível consolidar os prazos médios de pagamento a fornecedores (53 dias de PMP ponderado no final do exercício), reduzir a dívida total em 328.879 euros face a 2014, e alcançar um EBITDA positivo (1.220.774 euros).

Para o corrente ano os objetivos passam por manter essa tendência, embora saibamos das dificuldades acrescidas decorrentes da gradual reposição das remunerações (Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro) e do facto de não estar previsto qualquer reforço ao nível do orçamento / contrato-programa para compensar este acréscimo da despesa.

Feitas estas considerações, passamos a analisar a execução financeira e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Financeira

- A execução (quadro seguinte) apresentou um desvio positivo de 0,20 p.p. nas receitas e de 3,97 p.p. nas despesas, se comparada com a dotação estimada para o período (50%).
- Para o desvio positivo das receitas contribuiu a RCE 04 - taxas, multas e outras penalidades (devido às taxas moderadoras) que ultrapassou o referencial do período em 9,51 p.p..

- Ao nível das despesas a execução foi mais penalizadora, nomeadamente devido às aquisições de bens e serviços (desvio de +7,41 p.p.) e às aquisições de bens de capital (+2,32 p.p.). No que respeita a despesas com pessoal e atendendo ao facto do orçamento não prever as reposições salariais previstas para o corrente ano, a tendência de desvio positivo (+1,81 p.p.) poderá agravar-se nos próximos meses.

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2016

Período: janeiro a junho 2016

U.M.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (2)	Variação (2)/(1) em %	Variação (2)/(1) em valores	EXECUÇÃO DO PRÓPRIO ANO (3)	COBRADO/ PAGO de exercício (4)	COBRADO/ PAGO de anos anteriores (5)	TAXA EXECUÇÃO em % (3/2)	POR COBRAR/ PAGAR (3-4-5)	SALDO (2-3-4)
RECEITAS												
	Recostas Correntes		63.681.073	63.681.073	0,00%	0	31.970.256	31.415.470	316.778	50,20%	238.008	31.948.826
04	Taxas, multas e outras penalidades	510	1.425.103	1.425.103	0,00%	0	848.031	772.749	75.175	59,51%	107	577.179
05	Rendimentos da propriedade	510	0	0	0,00%	0					0	0
06	Transferências correntes	510	0	0	0,00%	0					0	0
06	Transferências correntes	540	76.800	76.800	0,00%	0	31.983	25.209	2.787	41,64%	3.987	48.804
07	Vendas de bens e serviços correntes	510	61.919.611	61.919.611	0,00%	0	28.638.730	28.166.413	233.880	46,25%	238.437	31.152.383
	Adiantamento contrato-programa por faturar		0	0	0,00%	0	2.366.936	2.366.936	0	0,00%	0	0
08	Outras receitas correntes	510	259.559	259.559	0,00%	0	84.577	84.163	4.936	32,58%	-4.522	170.460
	Recostas de Capital		0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
10	Transferências de capital	510	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
16	Saldo Gerência autorizado	520	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
	Total Receitas		63.681.073	63.681.073	0,00%	0	31.970.256	31.415.470	316.778	50,20%	238.008	31.948.826
DESPESAS												
	Despesas Correntes		62.869.216	62.619.216	-0,40%	-250.000	33.809.765	23.266.411	7.837.786	53,99%	2.705.568	31.516.019
01	Despesas com pessoal	510	38.381.216	38.168.236	-0,55%	-212.980	19.775.788	15.950.033	3.812.215	51,81%	13.540	18.405.988
02	Aquisições de bens e serviços	510	24.303.520	24.266.460	-0,15%	-37.060	13.931.834	7.219.255	4.020.551	57,41%	2.692.028	13.026.654
02	Aquisições de bens e serviços	540	76.800	76.800	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	76.800
02	Aquisições de bens e serviços	520	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
03	Juros e outros encargos	510	0	40		40	20	0	20	50,00%	0	20
04	Transferências Correntes	510	37.000	37.000	0,00%	0	34.224	34.224	0	92,50%	0	2.776
05	Subsídios	510	0	0	0,00%	0	0	0	0	0,00%	0	0
06	Outras despesas correntes	510	70.680	70.680	0,00%	0	67.899	62.899	5.000	96,07%	0	2.781
	Despesas de Capital		811.857	1.061.857	30,79%	250.000	559.500	407.240	137.651	52,69%	14.609	516.966
07	Aquisição de bens de capital	510	803.690	1.053.690	31,11%	250.000	551.333	399.073	137.651	52,32%	14.609	516.966
09	Ativos Financeiros	510	8.167	8.167	0,00%	0	8.167	8.167	0	100,00%	0	0
	Total Despesas		63.681.073	63.681.073	0,00%	0	34.369.265	23.673.651	7.975.437	53,97%	2.720.177	32.031.985

Em termos homólogos, quadro infra, a execução apresenta valores que foram recalculadas para o ano de 2015 pelo facto dos mapas de execução orçamental, que eram gerados em 2015 no SICC, apresentarem informação muito pouco fidedigna, originando reportes incorretos para a DGO. Como em 2016 a situação melhorou, justificar-se-á fazer a análise ao nível da execução com base nos mapas, e não suportado no balancete com fazíamos até aqui.

Deste modo, e analisando os elementos apurados, a execução na receita e na cobrança diminuíram de forma pouco significativa (-0,22% e -0,27% respetivamente). Quanto à despesa, a execução cresce 2,38%, nomeadamente devido aos encargos com pessoal, e na despesa paga +1,12%, pelo mesmo motivo.

Período: janeiro a junho

u.m.: euro

	2015 SIGO	2015 corrigido (a)	2016	variação	
				absoluta	%
Receitas					
- Execução	31.418.172	32.039.545	31.970.256	-69.289	-0,22%
- Cobrança	31.429.968	31.817.077	31.732.248	-84.830	-0,27%
Despesas					
- Execução	37.466.185	33.569.420	34.369.265	799.845	2,38%
- Paga	28.116.087	31.298.083	31.649.088	351.005	1,12%

(a) Execução de 06/2015 com novo mapa gerado em setembro de 2016

Pagamentos e cobrança com base na classe 1 em POCMS

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa

A – Gastos e Perdas

- Globalmente, a execução ficou 0,26 p.p. abaixo do previsto para o período, conforme poderá ser observado no Anexo I, sendo os subcontratos (-5,17 p.p.) aqueles que mais beneficiam a execução.
- Em termos homólogos (anexo II), verifica-se um crescimento de 3,33% que decorre dos aumentos dos gastos com pessoal e matérias consumidas.

A1 – Matérias de Consumo

- Os gastos com matérias consumidas ficaram 2,11 p.p. acima do esperado, destacando-se principalmente os medicamentos (+3,6 p.p.) e o material de consumo clínico (+1,5 p.p.). Tal resulta do facto dos consumos dos armazéns subirem de forma quase generalizada, se considerarmos a variação face ao período homólogo, embora também existam desvios acentuados na execução no material de consumo administrativo (+15,41 p.p.).
- Face a 2015, os medicamentos apresentam um acréscimo de 17,31% (+477.271 euros), com o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório a representar cerca de 40% do consumo total hospitalar e respeitar a terapêuticas inovadoras/medicamentos biológicos na área oncológica, mas também autoimunes, reumatologia, dermatologia e doença de Crohn previstos no despacho n.º 18419/2010 (etanercept, infliximab e adalimumab entre outros), hemofílicos (com mais 1 doente desde abril), diálise peritoneal, para além do tratamento da Hepatite C.

Este forte crescimento resulta da circunstância dos créditos dos laboratórios, no âmbito dos acordos entre o Estado Português e a Indústria Farmacêutica, não estarem a ser

refletidos, na sua totalidade, nos preços médios de aquisição, por não dispormos de forma de registá-los na aplicação de gestão de compras e stocks, fazendo apenas acertos ao nível dos consumos da hepatite C na contabilidade. Esta situação será brevemente corrigida com a disponibilização de um novo módulo, pela empresa fornecedora da referida aplicação, que permitirá o recálculo dos consumos com base num preço médio que considere uma percentagem de desconto equivalente aos créditos emitidos sobre as aquisições realizadas num determinado período.

- No que respeita a material de consumo clínico verifica-se um aumento de 4,57% (+72.395 euros), com os acréscimos mais significativos a incidirem em material de tratamento (+8,44% / +50.011 euros), de penso (+3,00% / +2.151 euros), osteossíntese (+2,49% / +2.668 euros) e outros (+21,23% / +51.821 euros), acompanhando de alguma forma a evolução ocorrida no movimento assistencial hospitalar neste período, nomeadamente nas cirurgias (+7,2% / +256), no internamento (+2,41% / +101 doentes), nos partos (+21,12% / +34) e nas urgências (3,14% / +1.030).
- Os restantes armazéns denotam um acréscimo de 27,15% (+38.984 euros), como consequência do aumento dos gastos com material de manutenção e conservação (+29,97% / +12.078 euros), material de consumo administrativo (+29,8% / +15.258 euros, nomeadamente em toners e papel) e material hoteleiro (+23,45% / +12.003 euros, devido à aquisição de batas para os profissionais e de novos produtos recomendados pela comissão de controlo de infeções).
- Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que serão para manter no corrente ano e que consistem: na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espectro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM; na divulgação de novos preços dos antibióticos pelos diretores de Serviço.
- Em relação aos restantes armazéns, teremos de monitorizar com maior rigor os consumos dos serviços, tendo em vista a redução de desperdícios que possam existir, e a substituição de artigos por outros que sejam economicamente mais vantajosos, recorrendo para o efeito aos armazéns avançados nos serviços, e reduzindo eventualmente alguns níveis de reposição de stocks.

A.2 – Fornecimentos e Serviços Externos

- Quanto a Fornecimentos e Serviços Externos, a execução situou-se 1,59 p.p. abaixo da dotação teórica deste período, devido essencialmente à redução dos subcontratos, por via da diminuição da faturação de entidades do SNS.
- Em termos homólogos, os gastos em subcontratos apresentam uma redução de 2,64% (-108.288 euros) e os outros fornecimentos e serviços aumentam 0,76% (+23.992 euros), embora estejamos a considerar previsões por não dispormos de toda a faturação referente ao período.
- Assim, no que respeita a subcontratos, mantém-se uma forte incidência dos gastos relacionados com cuidados de saúde primários (cerca de 63% desta rubrica), com um elevado incremento na hemodiálise (+17,27% / +83.835 euros) devido ao acréscimo do número de doentes em tratamento. Ao nível hospitalar, verifica-se uma redução significativa face ao ano anterior (-12,29% / -205.135 euros) com uma quebra de 36,37% (-228.244 euros) nas entidades do Ministério da Saúde.
- Quanto a fornecimentos e serviços, constatam-se acréscimos em conservação e reparação (+16,68% / +68.977 euros) e em serviços técnicos de recursos humanos (+7,79% / +33.654 euros) devido a aumentos ao nível dos serviços médicos em áreas carenciadas (cirurgia geral, medicina interna, urgência e urologia), embora estejam previstas reduções caso sejam autorizadas as contratações previstas no Orçamento aprovado para o corrente ano (apesar de tal implicar uma transferência dos gastos para despesas com pessoal).
- No intuito de conseguirmos algumas poupanças continuaremos, na atual gerência, as ações de sensibilização dos funcionários para o combate ao desperdício (eletricidade, água, combustíveis) e para a racionalização das prescrições de MCDT e de transportes, objetivando a melhoria dos resultados alcançados no ano transato. Iremos também reduzir o valor hora pago por serviços médicos, recorrendo ainda à contratação direta de médicos em substituição das empresas prestadoras.

A.3 – Gastos com Pessoal

- No que se refere a gastos com pessoal, a execução situou-se ao nível do estimado, embora se verifiquem alguns incrementos superiores ao esperado em suplementos remuneratórios, nomeadamente em outros suplementos onde a dotação estimada em sede de orçamento foi manifestamente insuficiente, e nos seguros de acidentes de trabalho.
- Comparando com o período homólogo verifica-se um acréscimo de 4,01% (+750.434 euros) que se justifica pela reversão de 60% das reduções remuneratórias prevista na Lei

n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, com as reduções salariais a serem inferiores em 322.471 euros às verificadas no período homólogo (-43,77%).

- De referir ainda que os efetivos existentes a 30/06/2016 (1292) representam um acréscimo de 38 face aos verificados em 30/06/2015 (1254), o que, a par das reversões, justifica também os acréscimos ocorridos nestes encargos, embora nalguns casos tenha existido uma redução das prestações de serviços.
- Estimamos que o impacto da reversão remuneratória prevista para o ano de 2016 seja superior a 830.000 euros (até ao final deste trimestre o esforço financeiro adicional foi de 571.861 euros, considerando reversões e acréscimo de efetivos).
- Analisando os principais desvios, verificamos um incremento de 4,33% (+445.205 euros) nas remunerações base, em especial no pessoal de enfermagem (+156.394 euros), assistente operacional (+121.057 euros) e pessoal médico (+101.437 euros). Por sua vez os suplementos remuneratórios abrandaram muito ligeiramente, diminuindo 0,29% (-8.562 euros) apesar dos encargos com o SIGIC crescerem 22,24% (+52.575 euros), mas em contrapartida o trabalho em regime de turnos regrediu 8,85% (-30.047 euros). A rubrica de subsídio de férias e de Natal também apresenta um crescimento, chegando aos 4,4% (+76.691 euros), e os encargos sobre remunerações aumentam 6,91% (+233.137 euros) por força do crescimento dos valores de incidência.
- Para travar os atuais aumentos iremos alargar o registo biométrico a todos os funcionários e prestadores de serviços para maior controlo da assiduidade e do trabalho suplementar.

A.4 – Restantes rubricas de gastos

- Em relação às restantes rubricas de gastos, de destacar a redução com depreciações e amortizações face ao período homólogo (-14,21%), com a execução a ficar 6,63 p.p abaixo da dotação.
- Quanto a outros gastos e perdas, o aumento na execução (+26,66%) justifica-se pela existência de ajustamentos nas perdas em inventários, ao nível dos consumos relacionados com os créditos da hepatite C, apesar de em termos homólogos não se registar uma variação significativa (-2,94% / -19.169 euros).

B – Rendimentos e Ganhos

- Em termos totais (anexo III), a execução ficou 2,75 p.p. abaixo do referencial teórico do período; de referir no entanto que a avaliação, no final do ano, do cumprimento dos

objetivos de qualidade e eficiência do contrato-programa, poderá originar um acréscimo adicional ao nível das prestações de serviços do SNS.

- Em comparação com o período homólogo, os rendimentos evidenciam um decréscimo de 1,18% (-374.878 euros), com o valor capitacional a registar uma redução de 0,24% (-72.474 euros), mas em contrapartida a faturação a outras entidades responsáveis melhorou significativamente (+11,34% / +151.265 euros), com as taxas moderadoras a apresentarem uma subida de 14,41% (+128.752 euros), devido ao acréscimo de proveito registado referente a taxas em dívida de janeiro a junho (248.726 euros), registo esse que habitualmente só era efetuado no final do exercício.
- As dívidas de utentes relativas a taxas moderadoras de janeiro a junho de 2016 ascendem a 248.726 euros, pelo que iremos proceder ao envio de novos avisos aos utentes que permitem diversas modalidades de pagamento (MB, CTT e Payshop), à semelhança do que temos vindo a fazer com alguma frequência na tentativa de recuperação de parte desta dívida.
- De referir ainda o facto dos ganhos em inventários apresentarem uma diminuição de 92,83% (-511.755 euros) neste período, o que origina o decréscimo verificado face ao ano anterior nos outros rendimentos e ganhos (-61% / -463.994 euros) devido ao procedimento adotado em 2016 em proceder ao acerto das existências na contabilidade com o stock dos armazéns apenas no final do exercício, por forma a não aumentar desnecessariamente os registos nas contas 68 e 78.

III – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total existente no final deste período apresenta um acréscimo de 138.465 euros (+1,18%) face a idêntico período de 2015 devido à faturação em dívida ao SNS.
- Os pagamentos em atraso registam também um incremento de 527.760 euros (+8,26%), e referem-se exclusivamente a fornecedores do Estado.
- A melhoria do PMP ponderado resulta do cumprimento dos prazos acordados com os fornecedores que nos permitem, inclusive, beneficiar de descontos financeiros que ascendem a cerca de 15.000 euros mensalmente.
- O PMR (prazo médio de recebimento) apresenta resultados menos favoráveis devido ao acréscimo da dívida das instituições do SNS (+399.090 euros).

Período: janeiro a junho u.m.: euro


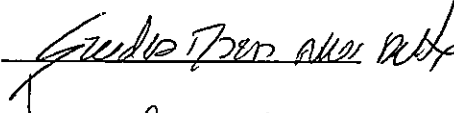
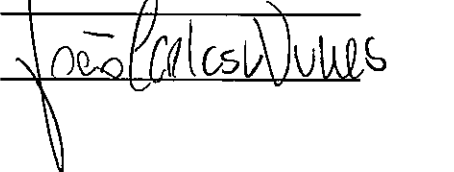
	2015	2016	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	11.708.086	11.846.551	138.465	1,18%
Pagamentos em atraso	6.389.266	6.917.026	527.760	8,26%
PMP ponderado (dias)	55	52	-3	-5,45%
PMR (dias)	83	85	2	2,41%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Pretendemos, na atual gerência, consolidar os aspetos em relação aos quais conseguimos melhorar significativamente nos últimos meses: prazos médios de pagamento, pagamentos em atraso e dívida total.
- O aumento dos gastos com pessoal deverá ser difícil de contrariar face à evolução ocorrida nos últimos meses, sendo previsível a necessidade de um reforço orçamental para fazermos face às reversões salariais.
- Em relação a consumos de matérias, a aquisição de um módulo para a aplicação de gestão de materiais permitirá fazer refletir os descontos comerciais acordados entre o Estado Português e a Indústria Farmacêutica, originando uma redução de gastos e melhorando o EBITDA.
- A execução financeira verificada neste período já obrigou a alguns reajustamentos ao nível das dotações orçamentais, sendo expectável que algumas rubricas tenham de se novamente corrigidas para fazermos face à evolução que se venha a concretizar nos próximos meses.

Castelo Branco, 21 de setembro de 2016

O Conselho de Administração

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos e Perdas)

30.06.2016

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESSADO (2)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %	SALDO DISPONÍVEL (1) - (2) em valores
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:				
611	Mercadorias				
61211	Produtos farmacêuticos	6.970.813	3.645.549	52,30%	3.325.264
612111	Medicamentos	6.035.813	3.235.068	53,60%	2.800.745
612112/8	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	935.000	410.482	43,90%	524.518
61212	Material de consumo clínico	3.220.000	1.658.186	51,50%	1.561.814
61213	Produtos alimentares	885	553	62,47%	332
61214	Material consumo hoteleiro	111.521	63.184	56,66%	48.337
61215	Material consumo administrativo	101.594	66.455	65,41%	35.139
61216	Material manutenção/conservação	123.509	52.376	42,41%	71.133
61217	Outro material de consumo	531	0	0,00%	531
	Total da conta 61	10.528.853	5.486.303	52,11%	5.042.550
	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
	Subcontratos:				
6211	Assistência ambulatória	100.000	25.804	25,80%	74.196
6212	Meios complement. Diagnóstico	2.739.936	1.322.612	48,27%	1.417.324
6213	Meios complement. Terapêutica	1.535.800	674.534	43,92%	861.266
6214	Prescrição Medic. / Cuidados Farmac.	0	0		0
6215	Internamentos	0	0		0
6216	Transporte de doentes	1.080.000	509.570	47,18%	570.430
6217	Aparelhos complement. Terapêutica	0	0		0
62181	Trab. Execut. exterior - Entid. M.S.	1.280.600	399.393	31,19%	881.207
62189	Trab. Execut. exterior - Outras entidades	2.180.000	1.064.932	48,85%	1.115.068
6219	Outros subcontratos	0	0		0
	Total da conta 621	8.916.336	3.996.845	44,83%	4.919.491
	Outros Fornecimentos e serviços externos:				
622	Serviços especializados	3.935.764	2.139.667	54,36%	1.796.117
624	Energia e fluidos	1.057.701	608.380	57,52%	449.321
626	Serviços diversos	926.715	380.231	41,03%	546.484
62xx	Outros	19.800	66.628	336,51%	-46.828
	Total das contas 622 a 626	5.940.000	3.194.906	53,79%	2.745.094
	TOTAL DA CONTA 62	14.856.336	7.191.751	48,41%	7.664.585
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos diretivos	285.000	133.432	46,82%	151.568
	Remunerações do pessoal				
6321	Remunerações base do pessoal	21.468.740	10.737.952	50,02%	10.730.788
6322	Subsídio de férias	1.843.764	911.372	49,43%	932.392
6323	Subsídio de Natal	1.843.764	906.726	49,18%	937.038
	Total das contas 6321 a 6323	25.156.268	12.556.050	49,91%	12.600.218
	Suplementos Remuneratórios				
632411	Horas extraordinárias	2.090.471	1.019.905	48,79%	1.070.566
632412	Prevenções	931.043	446.277	47,93%	484.766
632421	Noites e suplementos	730.086	309.615	42,41%	420.471
6324xx	Outros Suplementos	518.362	1.136.387	219,23%	-618.025
	Total da conta 6324	4.269.962	2.912.184	68,20%	1.357.778
6325	Prestações sociais diretas	79.332	39.034	49,20%	40.298
633	Benefícios pós-emprego	49.101	6.650	13,54%	42.451
635	Encargos s/remunerações	7.175.600	3.605.985	50,25%	3.569.615
636	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	110.900	64.702	58,34%	46.198
638	Outros gastos com pessoal	2.091.328	129.944	6,21%	1.961.384
	Total da conta 63	39.217.491	19.447.981	49,59%	19.769.510
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.444.957	626.660	43,37%	818.297
65	Perdas por imparidade	250.000	0	0,00%	250.000
67	Provisões do período	0	0		0
68	Outros gastos e perdas	825.000	632.473	76,66%	192.527
69	Gastos e perdas de financiamento	0	428		-428
	TOTAL GERAL	67.122.637	33.385.596	49,74%	33.737.041

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa da Variação 2015/2016		30.06.2016			
Código	Designação	PROCESSADO EM 30/06/2016	PROCESSADO EM 30/06/2016	Δ absoluta 2015/2016	Δ em % 2015/2016
	CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
611	Mercadorias				
61211	Produtos farmacêuticos	3.223.801	3.645.549	421.748	13,08%
612111	Medicamentos	2.757.797	3.235.068	477.271	17,31%
612112/8	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	466.003	410.482	-55.521	-11,91%
61212	Material de consumo clínico	1.585.791	1.658.186	72.395	4,57%
61213	Produtos alimentares	386	553	167	43,23%
61214	Material consumo hoteleiro	51.181	63.184	12.003	23,45%
61215	Material consumo administrativo	51.197	66.455	15.258	29,80%
61216	Material manutenção/conservação	40.298	52.376	12.078	29,97%
61217	Outro material de consumo	522	0	-522	
	Total da conta 61	4.953.176	5.486.303	533.127	10,76%
	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
	Subcontratos:				
6211	Assistência ambulatória	19.356	25.804	6.448	33,31%
6212	Meios complement. Diagnóstico	1.297.128	1.322.612	25.484	1,96%
6213	Meios complement. Terapêutica	591.193	674.534	83.341	14,10%
6214	Prescrição Medic. / Cuidados Farmac.	0	0	0	
6215	Internamentos	0	0	0	
6216	Transporte de doentes	487.996	509.570	21.574	4,42%
6217	Aparelhos complem. Terapêutica	0	0	0	
62181	Trab. Execut exterior - Entid. M.S.	627.637	399.393	-228.244	-36,37%
62189	Trab. Execut exterior - Outras entidades	1.041.823	1.064.932	23.109	2,22%
6219	Outros subcontratos	40.000	0	-40.000	
	Total da conta 621	4.105.133	3.996.845	-108.288	-2,64%
	Outros Fornecimentos e serviços externos:				
622	Serviços especializados	1.993.811	2.139.667	145.856	7,32%
624	Energia e fúldos	611.095	608.380	-2.715	-0,44%
626	Serviços diversos	510.226	380.231	-129.995	-25,48%
62xx	Outros	55.782	66.628	10.846	19,44%
	Total das contas 622 a 626	3.170.914	3.194.906	23.992	0,76%
	TOTAL DA CONTA 62	7.276.047	7.191.751	-84.296	-1,16%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos directivos	131.059	133.432	2.373	1,81%
	Remunerações de pessoal				
6321	Remunerações base do pessoal	10.292.747	10.737.952	445.205	4,33%
6322	Subsídio de férias	873.504	911.372	37.868	4,34%
6323	Subsídio de Natal	867.903	906.726	38.823	4,47%
	Total das contas 6321 a 6323	12.034.154	12.556.050	521.896	4,34%
	Suplementos Remuneratórios				
632411	Horas extraordinárias	1.029.593	1.019.905	-9.688	-0,94%
632412	Prevenções	446.376	446.277	-99	-0,02%
632421	Noites e suplementos	339.662	309.615	-30.047	-8,85%
6324xx	Outros Suplementos	1.105.115	1.136.387	31.272	2,83%
	Total da conta 6324	2.920.746	2.912.184	-8.562	-0,29%
6325	Prestações sociais directas	37.785	39.034	1.249	3,31%
633	Benefícios pós-emprego	19.427	6.850	-12.577	-65,77%
635	Encargos s/remunerações	3.372.848	3.605.985	233.137	6,91%
636	Seg. acidentes trab./Doenç prof.	59.454	64.702	5.248	8,83%
638	Outros gastos com pessoal	122.074	129.944	7.870	6,45%
	Total da conta 63	18.697.547	19.447.981	760.434	4,01%
64	Gastos e depreciação e de amortização	730.426	626.650	-103.766	-14,21%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	651.642	632.473	-19.169	-2,94%
69	Gastos e perdas de financiamento	265	428	163	61,51%
	TOTAL GERAL	32.309.103	33.386.596	1.076.493	3,33%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos e Ganhos)					30.06.2016
Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL	PROCESSADO (2)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %	DESVIO (2) - (1) em valores
	Vendas e prestações de serviços:				
71	Vendas	0	0	0	0
	Prestações de Serviços SNS Contrato Programa - 721	62.747.774	29.568.006	47,12%	-33.179.768
7211	Internamento	0	0		0
7212	Consulta	0	0		0
7213	Urgência / S.A.P.	0	0		0
7214	Quartos particulares	0	0		0
7215	Hospital de dia	0	0		0
72161	Meios Complementares de diagnóstico	0	0		0
72162	Meios Complementares de terapêutica	0	0		0
7218	Out. Prestações de Serviços de Saúde	62.747.774	29.568.006	47,12%	-33.179.768
	Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis - 722	1.983.588	1.485.027	74,87%	-498.559
7221	Internamento	118.000	55.508	47,04%	-62.492
7222	Consulta	13.000	4.651	35,78%	-8.349
7223	Urgência / S.A.P.	138.900	35.408	25,49%	-103.492
7224	Quartos particulares	0	0		0
7225	Hospital de dia	28.000	0	0,00%	-28.000
72261	Meios Compl. de diagnóstico	151.369	83.348	55,06%	-68.021
72262	Meios Complementares de terapêutica	53.000	264.621	499,28%	211.621
7227	Taxas moderadoras	1.425.102	1.022.215	71,73%	-402.887
7228	Out. Prestações de Serviços de Saúde	56.015	18.868	33,68%	-37.147
7229	Outras prestações de serviços	200	408	204,00%	208
725	Serviços Secundários	65.000	38.063	58,56%	-26.937
	Total da conta 72:	64.796.360	31.091.096	47,98%	-33.705.264
	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
75111	Transferências - Tutela	0	0		0
	Transferências correntes obtidas:				
75112	Transferências correntes obtidas	0	0		0
75121	Subs. De outras entidades	76.800	31.983	41,64%	-44.817
	Total da conta 75:	76.800	31.983	41,64%	-44.817
76	Reversões	0	0		
762	Perdas por imparidade	0	0		
7621	Em dívidas a receber	0	0		
76219	Globais	0	0		
	Total da conta 76:	0	0		
78	Outros rendimentos e ganhos	1.383.000	296.596	21,45%	-1.086.404
79	Juros dividendos e outros rendim.	245.000	0	0,00%	-245.000
	TOTAL GERAL:	66.501.160	31.419.675	47,25%	-35.081.485

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa da Variação 2015/2016

30.06.2016

Código	Designação	PROCESSADO EM 30/06/2015	PROCESSADO EM 30/06/2016	Δ absoluta 2015/2016	Δ em % 2015/2016
	Vendas e prestações de serviços:				
71	Vendas	0	0	0	0
	Prestações de Serviços SNS Contrato Programa - 721	29.640.480	29.568.006	-72.474	-0,24%
7211	Internamento	0	0	0	0
7212	Consulta	0	0	0	0
7213	Urgência / S.A.P.	0	0	0	0
7214	Quartos particulares	0	0	0	0
7215	Hospital de dia	0	0	0	0
72161	Meios Complementares de diagnóstico	0	0	0	0
72162	Meios Complementares de terapêutica	0	0	0	0
7218	Out. Prestações de Serviços de Saúde	29.640.480	29.568.006	-72.474	-0,24%
	Prestações de Serviços Outras Entidades Responsáveis - 722	1.333.762	1.485.027	151.265	11,34%
7221	Internamento	52.441	55.508	3.067	5,85%
7222	Consulta	5.836	4.651	-1.185	-20,31%
7223	Urgência / S.A.P.	55.831	35.408	-20.423	-36,58%
7224	Quartos particulares	0	0	0	0
7225	Hospital de dia	28.206	0	-28.206	-100,00%
72261	Meios Compl. de diagnóstico	62.265	83.348	21.083	33,86%
72262	Meios Complementares de terapêutica	199.931	264.621	64.690	32,36%
7227	Taxas moderadoras	893.463	1.022.215	128.752	14,41%
7228	Out. Prestações de Serviços de Saúde	35.789	18.868	-16.921	-47,28%
7229	Outras prestações de serviços	0	408	408	
725	Serviços Secundários	36.576	38.063	1.487	4,07%
	Total da conta 72:	31.010.818	31.091.096	80.278	0,26%
	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
75111	Transferências - Tutela	0	0	0	
	Transferências correntes obtidas:				
75112	Transferências correntes obtidas	0	0	0	
75121	Subs. De outras entidades	23.145	31.983	8.838	38,19%
	Total da conta 75:	23.145	31.983	8.838	-100,00%
76	Reversões	0	0		
762	Perdas por imparidade	0	0		
7621	Em dívidas a receber	0	0		
76219	Globais	0	0		
	Total da conta 76:	0	0		
78	Outros rendimentos e ganhos	760.590	296.596	-463.994	-61,00%
79	Juros dividendos e outros rendim.	0	0	0	
	TOTAL GERAL:	31.794.553	31.419.675	-374.878	-1,18%